



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA  
**ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO**  
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**  
SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**  
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO**  
OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**  
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE  
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ  
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO  
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA  
DILMAR LOPES CAMERINO  
DENNIS LIMA CALHEIROS  
VICENTE FELIX CORREIA  
JOSÉ ARTUR DE MELO  
EDUARDO TAVARES MENDES\*  
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ  
MARCOS BARRÓS MÉRO  
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY  
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

\*Afastado para exercício de mandato eletivo

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO  
DILMAR LOPES CAMERINO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA  
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**  
HUMBERTO PIMENTEL COSTA  
**SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR**  
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO  
**DIRETOR DO 1º CAO**  
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES  
**DIRETOR DO 2º CAO**  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
**DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
CHEFE DE GABINETE  
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO  
**DIRETOR GERAL**  
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL  
**DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO**  
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO  
**DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO**  
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS  
**DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**  
ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS  
**DIRETORA DE PESSOAL**  
DILMA ALVES DE QUEIROZ  
**DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS  
**CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA**  
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA  
**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO**  
JANAINA RIBEIRO SOARES  
**DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA**  
PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 2 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 5676/2014.  
Interessado: Manoela Isaura Luna Viana de Omena e outros, Analistas do Ministério Público - Área Jurídica.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 2062/2015.  
Interessado: Núcleo de Inquéritos Policiais da Capital - NIMP.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Oficie-se ao interessado para que decline se ainda persiste o interesse no prosseguimento do feito.

Proc: 2096/2016.  
Interessado: Alana Carina de Barros Lima Dantas Peixoto e outros, Analistas do Ministério Público - Área Jurídica.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 4139/2016.  
Interessado: 12ª Promotoria de Justiça da Capital.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4310/2016.  
Interessado: Luiz Soares de Moraes.  
Assunto: Requerimento de certidão.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4966/2016.  
Interessado: Alvaro Carvalho Macêdo dos Santos, Analista do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Provimento. Pedido de readaptação funcional. Incidência da Lei Estadual nº 5247/91, aplicada subsidiariamente. Laudo médico conclusivo da Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional. Mudança de lotação do servidor para o exercício do cargo de analista de gestão pública perante o Núcleo de Defesa do Meio Ambiente, mediante a Portaria PGJ nº 165, de 12 de janeiro de 2017. Pelo deferimento da mudança de lotação do servidor, e publicação da homologação do resultado do laudo pericial de readaptação de função, no período de 18/12/2016 a 15/06/2017, com ulterior envio à Diretoria de Pessoal desta PGJ, para as medidas que o caso requer".

Proc: 53/2017.  
Interessado: Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Procurador de Justiça/ Ouvidor do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços de emissão de passagens aéreas, visando a atender às necessidades de estada de parquet, para fins de participação em Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP. Objeto já deferido nos autos. Aumento superveniente do valor da tarifa dos serviços com reflexo no valor de custos do objeto pretendido. Cotação de preços. Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pela possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela pessoa jurídica "L MAR VIAGENS E TURISMO LTDA", no valor total de R\$ 2.007,65 (dois mil e sete reais e sessenta e cinco centavos)".

Proc: 178/2016.

Interessado: Assessoria Militar desta PGJ.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 348/2017.

Interessado: Victor Marinho de Melo Magalhães, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Jornada de Trabalho. Registro em dobro de período (dia) de labor em favor da Justiça Eleitoral, no âmbito do programa "Mesário Voluntário", para ulterior compensação. Incidência do disposto no art. 98 da Lei n° 9.504/1997. Pelo deferimento do pedido". À DP para as anotações de estilo.

Proc: 429/2017.

Interessado: Dra. Gilcele Dâmaso de Almeida Lima, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 449/2017.

Interessado: Felipe Calheiros Cansanção.

Assunto: Requerimento de certidão.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 459/2017.

Interessado: 5ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 2890/2016.

Proc: 463/2017.

Interessado: Lívia Faria Jordão Ramos.

Assunto: Requerimento de certidão.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 464/2017.

Interessado: Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Processo n° 210000126/2017).

Despacho: À DG para informar, voltando.

Proc: 466/2017.

Interessado: Comissão em Defesa do Mini Pronto Socorro do Jacintinho.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 468/2017.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. SAJ/MP n° 02.2016.00001796-4.

Proc: 481/2017.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, archive-se.

Proc: 485/2017.

Interessado: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 487/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Maragogi.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 489/2017.

Interessado: Ministério Público de Santa Catarina.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.

Proc: 490/2017.

Interessado: Dr. Kleber Valadares Coelho Júnior, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de autorização para residir fora da comarca.

Despacho: À Corregedoria Geral do Ministério Público.

Proc: 492/2017.

Interessado: Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital/Tribunal do Júri.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 496/2017.

Interessado: 12ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à 59ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 501/2017.

Interessado: Amanda Caroline Nunes Freire Ribeiro.

Assunto: Requerimento de certidão.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 504/2017.

Interessado: Diretoria de Pessoal desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 509/2017.

Interessado: Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo, Corregedor-Geral do Ministério Público de Alagoas.

Assunto: Requerimento de passagens aéreas.

Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 512/2017.

Interessado: Maceió Voluntário.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 521/2017.

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 528/2017.

Interessado: Dr. Cyro Eduardo Blatter Moreira, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DTI para as medidas cabíveis.

Proc: 552/2017.

Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça e Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Autorizo a realização da viagem pretendida. Cientifique-se o interessado. Em seguida, à DPO/DCF para informar.

Proc: 02.2017.00000162-1.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe, e de traslado ao NUDEPAT do 1º CAO, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00000165-4.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Notícia de Fato.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Atalaia, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00000252-0.

Interessado: Ministério Público do Trabalho em Alagoas - 19ª Região.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00000253-1.

Interessado: Ministério Público do Trabalho em Alagoas - 19ª Região.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Promotoria de Justiça de Boca da Mata.

Proc: 02.2017.00000254-2.

Interessado: Ministério Público do Trabalho em Alagoas - 19ª Região.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Promotoria de Justiça de Maribondo.

Proc: 02.2017.00000256-4.

Interessado: Ministério Público do Trabalho em Alagoas - 19ª Região.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc - (Ofício nº 020/2011- GPJGMBP).

Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, com a seguinte ementa: "Peças de Informação. Diligência. Pedido de informações aos órgãos deste Ministério Público atuantes nestes autos. Observância do art. 105, I, "a", CF/88. Remessa de traslado à Procuradoria Geral da República".

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 2 de fevereiro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público

Protocolo 291947

#### ATO PGJ N° 6/2017

Regulamenta o acesso ao sistema eletrônico SAJ- MP no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e normatiza as regras para criação, especificação de contas e sua exclusão.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, com base no art. 9º, I, parte final, da Lei Complementar nº. 15, de 22 de novembro de 1996 (Estatuto do Ministério Público do Estado de Alagoas), resolve editar o seguinte ato:

#### TÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º Esta regulamentação tem por objetivo definir a política sobre utilização do acesso ao SAJ no âmbito do Ministério Público de Alagoas - MP/AL, estabelecendo as diretrizes básicas a serem seguidas pelos usuários e administradores dessa ferramenta, com o intuito de garantir a exclusividade de sua destinação às finalidades institucionais.

Parágrafo único. Qualquer pessoa só poderá ter acesso aos sistemas eletrônicos do Ministério Público se estiver juridicamente vinculado à instituição e mediante controle de nível de segurança formalizado pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 2º As diretrizes estabelecidas no presente documento deverão ser aplicadas em todas as Procuradorias e Promotorias de Justiça, bem como na Procuradoria Geral de Justiça e órgão da Administração Superior.

#### TÍTULO II DO FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DAS SENHAS DE ACESSO

Art. 3º Serão fornecidas as senhas de acessos a seguir:

I - usuário individual para todos os Membros, Servidores Efetivos e Comissionados em exercício no Ministério Público do Estado de Alagoas, em diferentes níveis, junto a Diretoria de Tecnologia da Informação;

II - estagiários pertencentes ao Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas, e estagiários voluntários do Programa Voluntariado, mediante o envio de comunicação da Diretoria da Escola Superior do Ministério Público junto à Diretoria de Tecnologia da Informação;

III - servidores cedidos, após a devida formalização mediante convênio ou portaria de cessão, com a devida apresentação pessoal e documental, do servidor junto à Diretoria de Pessoal;

§ 1º Somente serão criadas senhas de acesso para os funcionários terceirizados, após deliberação prévia do Procurador-Geral de Justiça ouvida a Diretoria de Tecnologia da Informação.

§ 2º Caberá a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas solicitar a criação e, ao final dos trabalhos, solicitar a desativação da conta de acesso dos estagiários junto à Diretoria de Tecnologia da Informação, sendo que a ativação será requerida pelo superior hierárquico.

Art. 4º É de exclusiva responsabilidade do usuário individual o uso e sigilo de seu login e senha, bem como da chave privada da sua identidade digital, no caso de titular de certificação digital, não sendo oponível em nenhuma hipótese, alegação de seu uso indevido.

Art. 5º O uso inadequado do sistema de processamento eletrônico SAJ-MP que venha causar prejuízo às partes ou à atividade institucional importará em bloqueio do cadastro do usuário, estagiários e cedidos, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Art. 6º É de responsabilidade da Diretoria de Pessoal comunicar por meio eletrônico à Diretoria de Tecnologia da Informação a nomeação, exoneração e/ou aposentadoria dos membros, servidores efetivos e comissionados, para que seja desativado o acesso imediatamente após a ocorrência.

Art. 7º Caberá à Diretoria de Tecnologia da Informação analisar e executar o acesso e o bloqueio da senha não utilizada por mais de 180 dias, permitindo exclusão da conta após 18 meses.

§ 1º Caso ocorra constatação de má utilização do acesso institucional, a Diretoria de Tecnologia da Informação comunicará imediatamente o fato ao Presidente do CETI e ao Diretor Geral com os elementos indiciários que dispuser, tratando-se de Servidor, Comissionado ou cedido.

§ 2º Nos termos do parágrafo anterior, tratando-se de Membro, a Diretoria de Tecnologia da Informação fará a comunicação diretamente ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, apresentando-lhes os elementos indiciários que dispuser.

#### TÍTULO III

#### DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 8º São deveres do usuário individual ou institucional:

I - manter em sigilo sua senha de acesso ao SAJ-MP, visto que esta senha é de uso pessoal e intransferível, realizando a substituição desta em caso de suspeita de violação; e

II - fechar a página de acesso do SAJ-MP toda vez que se ausentar, evitando o acesso indevido;

Art. 9º São deveres da Diretoria de Tecnologia da Informação a criação de acessos e níveis e informar:

I - aos usuários dos acessos sobre interrupções previsíveis desse serviço;

II - prestar esclarecimentos aos usuários, estagiários e cedidos, quando solicitado, em relação ao uso do acesso do SAJ-MP;

III - gerenciamento da senha para acesso ao SAJ-MP dos usuários, estagiários e cedidos;

IV - geração e manutenção de grupos e listas de discussão mediante solicitação oficial;

V - administrar e programar políticas, procedimentos e melhores práticas relativos aos serviços do SAJ-MP, zelando pelo cumprimento das leis e normas aplicáveis;

VI - verificar periodicamente o desempenho, a disponibilidade e a integridade do sistema do e-mail institucional;

VII - estabelecer procedimentos e rotinas de manutenção das senhas dos acessos.

Parágrafo único. A Diretoria de Tecnologia da Informação não está obrigada a garantir a inviolabilidade absoluta das mensagens eletrônicas que trafegarem no e-mail institucional e nas senhas de acesso SAJ-MP, cabendo ao usuário zelar pela segurança de sua senha e do ambiente em que realiza o acesso aos servidores de correio eletrônico.

Art. 10 Os usuários das senhas de acesso ao SAJ-MP/AL que o utilizarem incorretamente, infringindo as disposições mencionadas nesta regulamentação, estarão sujeitos às penalidades legais.

Art. 11 Os casos omissos serão dirimidos pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

Art. 12. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em 2 de fevereiro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Protocolo 291940

#### PORTARIA PGJ nº 233, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 178/2017, RESOLVE conceder em favor do 1º TEN PM JOSÉ CARLOS MARINHO FAUSTO da Assessoria Militar desta Procuradoria Geral de Justiça, 1 (uma) diária de alimentação, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), em face do seu deslocamento à cidade de Santana do Ipanema, no dia 10 de janeiro do corrente ano, a serviço do GECOC, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 - Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339015 - Diárias, pessoal militar.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

#### PORTARIA PGJ nº 234, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 178/2017, RESOLVE conceder em favor do CB PM ROGÉRIO DUARTE BOMFIM da Assessoria Militar desta Procuradoria Geral de Justiça, 1 (uma) diária de alimentação, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), em face do seu deslocamento à cidade de Santana do

Ipanema, no dia 10 de janeiro do corrente ano, a serviço do GECOC, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 - Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339015 - Diárias, pessoal militar. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 235, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 178/2017, RESOLVE conceder em favor do SD PM JOÃO BRAZ DOS SANTOS JÚNIOR da Assessoria Militar desta Procuradoria Geral de Justiça, 1 (uma) diária de alimentação, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), em face do seu deslocamento à cidade de Santana do Ipanema, no dia 10 de janeiro do corrente ano, a serviço do GECOC, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 - Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339015 - Diárias, pessoal militar. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Protocolo 291902

>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<

AO(S) '02' DIA(S) DO MÊS DE FEVEREIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0002315-53.2012.8.02.0000  
RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINARIO EM AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINARIO CAPITAL RECORRENTE: ANTONIO LINS DE SOUZA FILHO RECORRIDO : MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :30/01/2017 Retirada :30/01/2017  
Devolução :02/02/2017 Saidap/ TJ 02/02/2017

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 30/01/2017  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<

AO(S) '02' DIA(S) DO MÊS DE FEVEREIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

2ª CÂMARA CÍVEL

0804257-48.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO ARAPIRACA AGRATE : JOSE ITALLO SEVERINO NUNES DALTRO(REPRESENTADO(A) POR SUA MAE) DANIELA AGRADO : RIKELLY RHUANA DA SILVA(REPRESENTADO(A) POR SUA MAE) MARIA RITA DA SILVA  
Entrada :02/02/2017 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
MARCOS BARROS MERO

3ª CAMARA CIVEL

0803834-88.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO ARAPIRACA AGRATE : LUCIA MARIA LIRA DE ALMEIDA E OUTROS AGRADO : BERENICE ARAUJO DA SILVA E OUTROS  
Entrada :02/02/2017 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENNIS LIMA CALHEIROS

3ª CAMARA CIVEL

0800357-23.2017.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO CAPITAL AGRATE : ANA CLAUDIA VASCONCELOS LEITE AGRADO : LAMONIER RODRIGUES LEITE  
Entrada :02/02/2017 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

3ª CAMARA CIVEL

0800306-12.2017.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO DELMIRO GOUVEIA AGRATE : FRANCISCO MENDONÇA GUIMARAES JUNIOR AGRADO : EDUARDO MIGUEL NETO GUIMARAES (REPRESENTADO(A) POR SUA MAE) MARCIA MARIA NETO  
Entrada :02/02/2017 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

3ª CAMARA CIVEL

0803638-21.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO ARAPIRACA AGRATE : CARLOS HENRIQUE FREIRE PEREIRA

AGRADO :  
KASSIA D' LOUVRE FREIRE PEREIRA  
Entrada :02/02/2017 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VALTER JOSE OMENA ACIOLI

CÂMARA CRIMINAL

0007788-74.2011.8.02.0058

APELAÇÃO CRIMINAL

CAPITAL

APETE :

SAULO ALMEIDA DA SILVA

APEDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :02/02/2017 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

GEORGE SARMENTO LINS JUNIOR

CÂMARA CRIMINAL-HC

0804990-14.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

CAPITAL

PACIENTE :

ADEILSON JOSE DA SILVA :

Entrada :02/02/2017 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0092517-15.2008.8.02.0001

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

CAPITAL

RECORRENTE:

EDSON SARAIVA DE HOLANDA JUNIOR

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :02/02/2017 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 02/02/2017

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '02' DIA(S) DO MÊS DE FEVEREIRO O FUNCIONÁRIO COM-  
PETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS  
SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

#####

Proc. 531/2017

Interessado:

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

REMESSA NOTICIA DE FATO - SAJMP 01.2017.106-5

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 534/2017

Interessado:

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

REMESSA NOTICIA DE FATO - SAJ MP N° 01.2017.140-0

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 537/2017

Interessado:

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 533/2017

Interessado:

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

REMESSA NOTICIA DE FATO - SAJ MP 01.2017.136-5

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 540/2017

Interessado:

PRISCILLA GONÇALVES TENORIO LINS TEIXEIRA

Natureza:

PRORROGACAO DE PRAZO

Assunto:

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA POSSE

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 544/2017

Interessado:

COMISSAO DE ESTAGIO PROBATORIO DESTA PGJ

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATORIO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 552/2017

Interessado:

DR. GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ, PROCURADOR DE  
JUSTIÇA, DIRETOR DO 2 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MP.

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

LIBERAÇÃO DE DIARIA

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 549/2017

Interessado:

ELETROBRAS DISTRIBUICAO ALAGOAS

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 550/2017

Interessado:

DIRETORIA DE COMUNICACAO DESTA PGJ

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Remetido para:

DIRETORIA GERAL

#####

Proc. 553/2017

Interessado:

CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

ATA DE AUDIENCIA PUBLICA

Remetido para:

SECRETARIA GAB. PGJ

#####

Proc. 554/2017

Interessado:

CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICA REALIZAÇÃO DE VISITA PREPARATORIA A CORREIÇÃO  
NO MPAL

Remetido para:

SECRETARIA GAB. PGJ

#####

Proc. 547/2017

Interessado:

ELETROBRAS DISTRIBUICAO ALAGOAS

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 548/2017

Interessado:

DR. ADIVALDO BATISTA DE SOUZA JUNIOR, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 545/2017

Interessado:

COMISSAO DE ESTAGIO PROBATORIO DESTA PGJ

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATORIO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 503/2017

Interessado:

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRA DOS INDIOS

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

RETORNO DE LICENÇA

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 541/2017

Interessado:

ANTONIO MIGUEL B. T. V. DOS SANTOS, ANALISTA DO MINISTERIO  
PUBLICO - AREA JURIDICA

Natureza:

REQUERENDO FERIAS

Assunto:

FERIAS

Remetido para:

DIRETORIA DE PESSOAL

#####

Proc. 557/2017

Interessado:

MARIA JOSE ALVES DA SILVA-PROMOTORA JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

ADIAMENTO LICENÇA ESPECIAL E REVOGAÇÃO DE PORTARIA

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA  
=====

## Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA  
06.02.2017

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na próxima segunda-feira, dia 06.02.2017, às 14 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

- Apreciação da Ata da 40ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2016.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO:

1. Proc. PGJ/AL 419/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
2. Proc. PGJ/AL 174/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
3. Proc. PGJ/AL 74/2017. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
4. Proc. PGJ/AL 396/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
5. Proc. PGJ/AL 397/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
6. Proc. PGJ/AL 398/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
7. Proc. PGJ/AL 325/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
8. Proc. PGJ/AL 326/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
9. Proc. PGJ/AL 277/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
10. Proc. PGJ/AL 271/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

11. Proc. PGJ/AL 5369/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
12. Proc. PGJ/AL 169/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
13. Proc. PGJ/AL 168/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
14. Proc. PGJ/AL 181/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
15. Proc. PGJ/AL 170/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
16. Proc. PGJ/AL 179/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
17. Proc. PGJ/AL 5328/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
18. Proc. PGJ/AL 229/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
19. Proc. PGJ/AL 230/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.
20. Proc. PGJ/AL 228/2017. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
21. Proc. PGJ/AL 388/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
22. Proc. PGJ/AL 389/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
23. Proc. PGJ/AL 363/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
24. Proc. PGJ/AL 362/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de Inquérito Civil Público.
25. Proc. PGJ/AL 361/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
26. Proc. PGJ/AL 360/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
27. Proc. PGJ/AL 359/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
28. Proc. PGJ/AL 394/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
29. Proc. PGJ/AL 393/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
30. Proc. PGJ/AL 392/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
31. Proc. PGJ/AL 391/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
32. Proc. PGJ/AL 390/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
33. Proc. PGJ/AL 251/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
34. Proc. PGJ/AL 5423/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
35. Proc. PGJ/AL 127/2017 (2 volumes). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Ação Civil Pública.
36. Proc. PGJ/AL 364/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
37. Proc. PGJ/AL 430/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Administrativo em Procedimento Preparatório.
38. Proc. PGJ/AL 431/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Notícia de Fato em Procedimento Preparatório.
39. Proc. PGJ/AL 432/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Notícia de Fato em Procedimento Preparatório.
40. Proc. PGJ/AL 433/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital - Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de Notícia de Fato em Procedimento Preparatório.
41. Proc. PGJ/AL 316/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de Inquérito Civil Público.
42. Proc. PGJ/AL 320/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
43. Proc. PGJ/AL 319/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.
44. Proc. PGJ/AL 318/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil Público.
45. Proc. PGJ/AL 323/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil Público.
46. Proc. PGJ/AL 86/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Boca da Mata. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
47. Proc. PGJ/AL 368/2017. Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Notícia de Fato.
48. Proc. PGJ/AL 415/2017. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de audiência que objetiva a recuperação e revitalização do Riacho Salgadinho.
49. Proc. PGJ/AL 36/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra diversos servidores lotados na SMCCU (Proc. Judicial nº 08.2016.00091379-6).
- \*50. Proc. PGJ/AL 34/2017. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra diversos servidores lotados na SMCCU (Proc. Judicial nº 08.2016.00091379-6).
51. Proc. PGJ/AL 5373/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
52. Proc. PGJ/AL 163/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.
53. Proc. PGJ/AL 5374/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório.

54. Proc. PGJ/AL 22/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Quebrangulo. Assunto: Comunicação de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.

55. Proc. PGJ/AL 5399/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Quebrangulo. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público.

56. Proc. PGJ/AL 424/2017. Origem: Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde. Assunto: Comunicação de expedição de recomendação versando sobre não utilização de recursos público para gastos em festividades e bandas na prefeitura do município.

57. Proc. PGJ/AL 474/2017. Origem: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região. Assunto: Suposto descumprimento das Leis Federais nº 13.022/2014 - Estatuto dos Guardas Municipais e nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento - por todos os municípios alagoanos.

58. Proc. PGJ/AL 475/2017. Origem: Procuradoria da República em Alagoas. Assunto: Notícias de Fato nº 1.11.000.000764/2016-31 e 1.11.000.000768/2016-10, que versam sobre possíveis irregularidades no município de Maceió.

59. Proc. PGJ/AL 5341/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de declínio de atribuição em favor da Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe.

60. Proc. PGJ/AL 395/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação de declínio de atribuição em favor da 66ª Promotoria de Justiça da Capital.

#### PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. PGJ/AL 763/2014. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Ministério da Integração Nacional. Assunto: Representação em razão de possível irregularidade em convênio celebrado com o município de Maceió. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

2. PGJ/AL-3441/2016 (NF nº 47/2015). Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Fórum de Reforma Urbana de Alagoas. Assunto: Auxílio às famílias com dificuldades na obtenção do NIS na demanda do cadúnico na SEMAS. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

3. Proc. PGJ/AL-4193/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Retorno de vista do Conselheiro Valter José de Omena Acioly).

4. Proc. PGJ/AL-4276/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

5. Proc. PGJ/AL-4484/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

6. Proc. PGJ/AL-4719/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

7. PGJ/AL-4159/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Construção irregular de barragem em área de preservação permanente. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

8. Proc. PGJ/AL-1556/2015 (03 volumes). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Walmart - Bompreço Supermercados do Nordeste LTDA. Assunto: Lançamentos irregular de efluentes. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly.

Luiz de A. Medeiros Filho  
Promotor de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público  
Protocolo 291883

## Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PENEDO

PORTARIA N.º 01/17

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, em exercício acumulativo na 2ª Promotoria de Justiça de Penedo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III da Constituição Federal, § 1º do art. 8º da Lei 7.347/85 e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93, considerando o disposto na Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL, e com fulcro no inciso IV do art. 1º da Lei n.º 7.347/85, diante das constantes reclamações de municípios denunciando irregularidades no cadastramento do programa de habitação social, bem como, das reiteradas correções das listagens de cadastrados para o programa Minha Casa Minha Vida levados a cabo pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do município de Penedo; considerando ser da atribuição do Ministério Público Estadual a fiscalização do cadastramento a fim de evitar favorecimentos a pessoas que não preenchem as condições para ingressar no programa em detrimento dos que efetivamente necessitam; considerando que constitui ato de improbidade administrativa qualquer ato que atente contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento, resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando a correta e legal fiscalização dos cadastros municipais referentes à política de habitação social, bem como, a verificação da regularidade e legalidade dos critérios de seleção e de abordagem social empregados pelo município, a fim de, se for o caso, propor as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para garantia da legalidade e preservação dos princípios administrativos e, para tanto, determina:

- 0 Requisitar da secretária habitação cópia dos seguintes documentos:
- 1 Todos os cadastros por ordem alfabética dos inscritos no PMCMV;
- 2 Informações sobre os critérios adotados para o cadastramento e sorteio dos beneficiários;
- 3 Informações sobre os motivos do refazimento da última listagem dos sorteados, referente ao Conjunto Velho Chico II;
- 4 Cópia da legislação municipal complementar acerca da matéria tratada
- 5 Autuação e registro em livro próprio, consoante determina o art. 4º da Resolução n.º 01/10 do Colégio de Procuradores de Justiça.
- 6 O envio de uma cópia desta portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para fins de informação e acompanhamento.
- 7 Determina, ainda, dar publicidade a presente portaria e para tanto faz oficial ao Procurador Geral de Justiça no sentido de que esta seja publicada no Diário Oficial do Estado.

Penedo, 30 de janeiro de 2017.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Protocolo 291943